



Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

CNPJ nº 04.270.778/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços (Santander Corretora de Seguros) relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC).

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2021, a Santander Corretora de Seguros atingiu um patrimônio líquido no

montante de R\$4.815 milhões (31/12/2020 - R\$3.782 milhões). Em 31 de dezembro de 2021, o lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$1.049 milhões (31/12/2020 - R\$575 milhões).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totais da Santander Corretora de Seguros atingiram R\$5.121 milhões (31/12/2020 - R\$4.284 milhões), representados principalmente por instrumentos de patrimônio no valor de R\$3.294 milhões (31/12/2020 - R\$2.882 milhões), investimentos em controlada e controlada em conjunto de R\$703 milhões (31/12/2020 - R\$615 milhões) e ativos fiscais no valor de R\$566 milhões (31/12/2020 - R\$172 milhões).

As provisões da Santander Corretora de Seguros em 31 de dezembro de 2021, atingiram o valor de R\$28 milhões (31/12/2020 - R\$121 milhões).

Investimentos em Controlada e Controlada em Conjunto

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totais da Santander Corretora de Seguros mantém investimentos em empresas controladas em conjunto no valor de R\$703 milhões (31/12/2020 - R\$615 milhões), sendo: R\$1 milhão (31/12/2020 - R\$1 milhão) na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.; R\$469 milhões (31/12/2020 - R\$427 milhões) na Webmotors S.A.; R\$232 milhões (31/12/2020 - R\$186 milhões) na TecBan - Tecnologia Bancária S.A.; e R\$1 milhão na Hyundai Corretora de Seguros S.A.

Política de Distribuição de Dividendos
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
São Paulo, 30 de março de 2022.
O Conselho de Administração

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Disponibilidades	3	5.681	1.649
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		350.314	60.808
Outros Ativos Financeiros		350.314	60.808
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		94.982	165.411
Outros valores com instituições de crédito	4	69.759	143.298
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6	25.223	22.113
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		3.668.715	3.099.026
Instrumentos de patrimônio	5	3.293.736	2.882.538
Derivativos	7	374.979	216.488
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	8	703.136	614.900
Ativo Tangível	9	54.531	56.021
Ativo Intangível	10	5.394	54
Ativos Fiscais		96.489	171.905
Correntes	14.e	75.384	153.620
Diferidos	14.c	21.105	18.285
Outros Ativos	11	141.832	114.318
Total do Ativo		5.121.074	4.284.092

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		18.254	10.688
Outros passivos financeiros		18.254	10.688
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação		-	171.215
Derivativos	7	-	171.215
Provisões	13	27.948	121.046
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		-	-
Provisões para processos judiciais e administrativos, contenciosos e outras provisões		27.948	121.046
Passivos Fiscais		197.018	112.119
Correntes	14.e	38.824	32.494
Diferidos	14.c	158.194	79.625
Outros Passivos	15	63.004	86.987
Total do Passivo		306.224	502.055
Patrimônio Líquido	16	4.810.969	3.772.134
Capital social		2.555.533	2.555.533
Reserva Legal		2.255.436	1.216.601
Outros Resultados Abrangentes		3.881	9.903
Total do Patrimônio Líquido		4.814.850	3.782.037
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.121.074	4.284.092

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota Explicativa	Capital de Reserva	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.555.533	647.201	5.504
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Planos de Benefícios a Funcionários - CPC 33		-	-	4.399
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda Lucro Líquido do Exercício		-	-	-
Reserva Legal	16.b	-	-	574.615
Dividendos mínimos obrigatórios	16.b	-	-	(28.731)
Reserva para Equalização de Dividendos	16.b	-	-	(5.459)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.b	-	-	(270.212)
Outros		-	244	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.555.533	1.216.601	9.903
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Planos de Benefícios a Funcionários - CPC 33		-	-	9.903
Lucro Líquido do Exercício		-	-	(6.022)
Reserva Legal	16.b	-	52.444	1.048.878
Dividendos mínimos obrigatórios	16.b	-	-	(9.964)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.d	-	493.235	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.b	-	493.235	-
Outros		-	-	(79)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.555.533	2.255.436	3.881

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras e outras informações
a) Contexto operacional
A Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A (Parte), Vila Olímpia, São Paulo-SP e é uma sociedade integrante do Conglomerado Santander.

As receitas da Santander Corretora de Seguros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão representadas, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na Nota 26, e pela negociação de contratos de compra e venda de energia. As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 24 de março de 2022.

b) Base da apresentação das Demonstrações Financeiras
Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras da Santander Corretora de Seguros, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pela Santander Corretora de Seguros em sua administração.

A Santander Corretora de Seguros é controlada pelo Banco Santander, investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do capital Social da Santander Corretora de Seguros. As normas destacadas acima não prevêm a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.

Conforme descrito na nota 7, as informações comparativas do período anterior foram ajustadas para refletir a mensuração das operações com comercialização de energia elétrica.

Adoção de novas normas e interpretações
A seguinte norma e interpretação aplicável a Santander Corretora de Seguros:

CPC 50 - Contratos de Seguros
Este normativo está em audiência pública pelo CPC, com indicação de vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, com a finalidade de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

c) Estimativas utilizadas
Os resultados e a situação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores da Santander Corretora de Seguros na elaboração das Demonstrações Financeiras. A Santander Corretora de Seguros faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas Demonstrações Financeiras, as estimativas são feitas pela administração da Santander Corretora de Seguros e da entidade em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos nas notas 2.c e 2.e.
- Provisão para perdas sobre créditos são discutidos em detalhes na nota 2.i.
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros são discutidos em detalhes nas notas 2.j.
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes nas notas 2.l.
- Outros ativos são discutidos na nota 2.m.
- Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos em detalhes na nota 2.n.
- Reconhecimento e realização de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 2.r.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as Demonstrações Financeiras. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

d) Gestão do capital
A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e atuando de acordo com as expectativas dos investidores e das autoridades reguladoras.

O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dividas subordinadas e instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores na Santander Corretora de Seguros e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, a gestão do capital, ROARAC (retorno no risco ajustado do capital) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. Dentro desse contexto, a gestão de capital inclui a identificação de oportunidades de investimento e a utilização de um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.

A fim de gerir adequadamente o capital da Santander Corretora de Seguros, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanco Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Comitê de Seguros e Serviços para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos.

2. Políticas contábeis e critérios de apuração
As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação
As Demonstrações Financeiras da Santander Corretora de Seguros estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram realizadas operações em moeda estrangeira.

b) Participações em Controladas em Conjunto
i. Participações em joint ventures (entidades sob controle conjunto)
Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empresários") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetam a joint venture dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Nas demonstrações financeiras, as participações em entidades sob controle conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação da Santander Corretora de Seguros nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pela Santander Corretora de Seguros são fornecidas na nota 8.

Classificação dos ativos para fins de mensuração
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Ativos não correntes mantidos para venda" ou se forem referentes a "Disponibilidades", "Derivativos" e "Investimentos em Coligadas", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação:** essa categoria inclui os instrumentos de patrimônio líquido a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cujo modelo de negócio primário do Banco é de negociá-los frequentemente.
- Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros que não atenderam aos critérios estabelecidos no Teste SPLI (somente pagamento de principal e juros), sendo que esses ativos se referem basicamente a adiantamentos de contratos de compra de energia, cuja marcação a mercado está atrelada a características das características desses contratos os mesmos são considerados avançados perante o CPC 48 e por essa razão seguem classificados nessa categoria.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** são demonstrados ao valor justo.

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas cumulativas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem início de declínio no valor justo por não recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento.

c.3) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação
Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Disponibilidades": saldos de caixa e equivalentes de caixa.
- "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado": inclui os empréstimos concedidos pela Santander Corretora de Seguros, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor da Santander Corretora de Seguros, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações de serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- "Empréstimos e adiantamentos a clientes": inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pela Santander Corretora de Seguros, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- "Instrumentos de dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidadas estão incluídas nesta rubrica.
- "Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação": essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os demais ativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cujo modelo de negócio primário do Banco é de negociá-los frequentemente.

c.4) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração
Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivo financeiro ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação:** essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou empréstimos ("Posições vendidas").
- c.5) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação**
Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Outros passivos financeiros": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como derivativos.
- "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos.
- d) Captações, emissões e outros passivos**
Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.
- Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe mencionar aqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).
- O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de convertibilidade em ações ordinárias).
- "Outros passivos financeiros": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como derivativos.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo
Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

- e.1) Mensuração dos ativos financeiros**
Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma autônoma e os demais ativos financeiros não classificados como instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.
- "O valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").
- Caso não exista mercado para determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.
- Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas)" com ativos e passivos financeiros no demonstrado do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do presente e descontado no momento da data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento líquido"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de hedge em valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas aos (risco(s) objeto dos hedges).

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Corretora de Seguros ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, a Santander Corretora de Seguros recebe garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, caucões em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, entre outros.

e.2) Mensuração dos passivos financeiros
Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

e.3) Reconhecimento de variações do valor justo
Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provimento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas)" com ativos e passivos financeiros (líquidos).

Ajustes devido a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes". Itens debalçados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido da Santander Corretora de Seguros até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração do resultado.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros
O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

- Se a Santander Corretora de Seguros transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, a venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota Explicativa	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
Receitas com juros e similares	17	168.171	91.460	
Despesas com juros e similares	18	(72)	(2.183)	
Receita Líquida com Juros	168.099	89.277	89.277	
Receitas de tarifas e comissões	19	1.698.099	1.034.268	
Despesas de tarifas e comissões	20	(157.627)	(167.627)	
Resultado de equivalência patrimonial	8	91.832	61.379	
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	21	111.216	110.453	
Ativos (Passivos) financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	(63)	33		
Ativos (Passivos) financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negoc				

Santander

Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto a redução ao valor recuperável não é inclusa em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

A Santander Corretora de Seguros avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, a Santander Corretora de Seguros considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de risco, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, a Santander Corretora de Seguros separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para o montante de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro podem ser limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais.

Nesses casos, a entidade usa sua experiência julgamental para estimar o valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável, a qual pode ser baseada em uma avaliação de negócios julgamental para ajustar os dados observáveis de um grupo de ativos financeiros para refletir as circunstâncias atuais.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou “EAD” é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pela contraparte.

De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada.

- Probabilidade de inadimplência, ou “PD”, é a probabilidade da contraparte não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano; ou seja, quantifica a probabilidade da contraparte incorrer em inadimplimento no ano seguinte. O empréstimo será inadimplente se o principal ou juros estiver vencidos há noventa dias ou mais ou o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

A perda por inadimplência, ou “LGD”, é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas liquidez de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

- Além disso, antes de dar baixa em empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois da Santander Corretora de Seguros esgotar todos os esforços de recuperação), é constituído provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que a provisão para perdas com empréstimo cubram totalmente as perdas. Dessa forma, a Santander Corretora de Seguros entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução ao valor recuperável.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pela Santander Corretora de Seguros em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda ou o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Resultado na alienação de ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas” na demonstração do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

k) Períodos de vencimento residual

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais e das taxas médias de juros no final dos exercícios de 2021 e 2020 é informada na nota 25.a.

l) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de móveis, equipamentos de informática (hardware) e outros utensílios de propriedade da Santander Corretora de Seguros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos respectiva depreciação acumulada e, se houver, por quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
Instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de segurança e de comunicação	10%
Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%

Beneficiários em imóveis de terceiros 10% ou até o vencimento do contrato
A Santander Corretora de Seguros avalia ao final de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em “Perdas com outros ativos (líquidos)”. Adicionalmente o valor de depreciação acumulado de qualquer ativo tangível é ajustado ao valor de venda útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, a Santander Corretora de Seguros reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em exercícios anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Ativos classificados como perdas disponíveis e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no exercício em que foram incorridas.

m) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

n) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

A Santander Corretora de Seguros dá parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem processos judiciais e administrativos, relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que de acordo com a probabilidade de perda, tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da entidade. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos, e acredita que de forma agregada não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Corretora de Seguros.

Dado as incertezas decorrentes dos processos não é praticável determinar a época de qualquer fluxo de saída (desembolso financeiro).

o) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

p) Remuneração baseada em ações

A Santander Corretora de Seguros possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Santander Corretora de Seguros; Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor pelo RORAC, comparação entre o realizado e o orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez de alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco Santander. A Santander Corretora de Seguros mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data de concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em ação

A Santander Corretora de Seguros mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data de concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, a Santander Corretora de Seguros considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidadas em dinheiro (na forma de valorização das ações), a Santander Corretora de Seguros mensura o valor justo dos serviços prestados e o correspondente passivo incorrido com base na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado. A Santander Corretora de Seguros reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidos no resultado do exercício. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em “outros passivos” em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, a Santander Corretora de Seguros baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquirida ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, a Santander Corretora de Seguros analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos ao final do período de carência.

q) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pela Santander Corretora de Seguros para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

q.1) Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, quando se o método da taxa de juros efetiva.

q.2) Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.

- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.

- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

q.3) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

q.4) Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

q.5) Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo.

r) Impostos sobre renda

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A despesa do IRPJ é reconhecida na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

A despesa do imposto de renda é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mudanças nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos fiscais classificados como “Correntes” são valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “Correntes” - são valores a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos fiscais não utilizados. Esses créditos fiscais são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

A expectativa de realização dos créditos tributários da Santander Corretora de Seguros está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 14.d. O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de Lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos de renda.

s) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou softwares desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Em virtude da alteração da alíquota da CSLL, as empresas do grupo fizeram a remensuração de seus créditos tributários e passivos diferidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

A expectativa de realização dos créditos tributários da Santander Corretora de Seguros está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 14.d. O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de Lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos de renda.

a) Ativo intangível
O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou softwares desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente do desenvolvimento de software, bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para a Santander Corretora de Seguros. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para a Santander Corretora de Seguros, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; em vez disso, ao final de cada período, a entidade revisa a vida útil remanescente dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, a mudança deve ser contabilizada como uma mudança na estimativa contábil.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica “Depreciação e amortização” na demonstração do resultado.

A Santander Corretora de Seguros avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades da Santander Corretora de Seguros.

1) Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

A Santander Corretora é contraparte em operações de comercialização de energia elétrica no Mercado Livre, mercado este regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com o objetivo de negociar contratos de compra e venda de energia elétrica entre os diferentes agentes do mercado, incluindo geradores, consumidores e outras comercializadas. Esses contratos estão classificados como Derivativos. Os montantes em 31/12/2021⁽¹⁾ estão demonstrados na nota 7.

A definição de “instrumento financeiro” segundo o IAS 32 / CPC 38 é a seguinte:

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- (a) caixa;
- (b) instrumento patrimonial de outra entidade;
- (c) direito contratual;
- (i) de receber caixa ou outro ativo financeiro de outra entidade; ou
- (ii) de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade;

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- (a) uma obrigação contratual de:
- (i) entregar caixa ou outro ativo financeiro a uma entidade; ou
- (ii) trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que são potencialmente desfavoráveis para a entidade;

Dadas as características fundamentais podemos identificar evidências de que os contratos de comercialização de energia elétrica podem se enquadrar na definição de ativo financeiro e do alcance das normas.

Como os contratos aqui tratados tem por objetivo fixar preços futuros de uma commodity cujo preço de mercado tem volatilidade, entende-se que o tratamento contábil seria o de um termo de commodity.

Os termos de commodity, nos quais ocorre a entrega física do ativo subjacente, tem por princípio as seguintes características principais:

- O contrato todo deve ser **marcado a mercado**, refletindo as diferenças de marcação dos riscos ativos e passivos nas respectivas contas **contra contas de resultado**; e
- b) Reconhecimento dos juros implícitos nos contratos, atrelados à ponta pré-fixada.

3. Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram considerados como Disponibilidades os saldos correspondentes aos depósitos bancários.

4. Outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” nos balanços patrimoniais é a seguinte:

Classificação:	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	69.759	143.298
Outros valores com instituições de crédito	69.759	143.298
Tipo:	31/12/2021	31/12/2020
Certificado de depósitos bancários - CDB	972	1.808
Depósitos judiciais	66.174	140.174
Outras contas	2.612	1.316
Total	69.759	143.298

A nota 25.a contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

5. Instrumentos de patrimônio

Classificação:	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	3.293.736	2.882.538
Instrumentos de patrimônio	3.293.736	2.882.538

Tipo:	31/12/2021	31/12/2020
Ações de empresas fechadas	6	5.400
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	3.293.730	2.877.138
Total	3.293.736	2.882.538

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a cotas do Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC), que é um fundo exclusivo do Grupo Santander cujos principais ativos são operações compromissadas.

6. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Classificação:	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	25.223	22.113
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	25.223	22.113
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	25.223	22.113

A nota 25.a contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição da Santander Corretora de Seguros ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

Por setor devedor:	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a Receber	21.811	18.455
Valores a Ressarcir	2.986	3.219
Despesas antecipadas	199	163
Outros recebíveis	227	276
Total	25.223	22.113

7. Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Negociação demonstrada pelo seu valor nominal e efeitos de marcação a mercado:

	2021
Valor Nominal	Valor Contábil

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	6.405.073	152.790	222.189	374.979
Derivativos ⁽¹⁾⁽²⁾				
Total	6.405.073	152.790	222.189	374.979

Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	6.405.073	-	-	-
Derivativos ⁽¹⁾⁽²⁾				
Total	6.405.073	-	-	-

⁽¹⁾ Operações de comercialização de energia elétrica.
⁽²⁾ Ativos e passivos financeiros foram compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido,



Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica teriam os seguintes efeitos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(679)	(8.138)	(784)	(10.975)
(-)0,5%	749	8.974	874	12.238
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(1.145)	(13.720)	(440)	(6.153)
Aplicada (-) 2 anos	1.224	14.656	2.367	33.135
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	724	8.674	815	11.410
(-)0,5%	(669)	(8.009)	(747)	(10.452)

13. Provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões ^{(1) (2)}	27.948	121.046
Total	27.948	121.046

⁽¹⁾ Inclui basicamente provisões para riscos fiscais e obrigações legais, cíveis e trabalhistas.

⁽²⁾ Principal variação decorrente do encerramento da discussão processual "diferença de alíquota da CSLL" vide item "e".

b) Variações

As variações no saldo de "Provisões" foram as seguintes:

	01/01 a 31/12/2021				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fundos de Pensão	Outras ⁽¹⁾
Saldo no início do exercício	78.676	28.370	13.891	-	109
Adições debitadas ao resultado:	(17.876)	3.958	2.903	-	754
Constituição Líquida de Reversão	(17.876)	3.958	2.903	-	754
Baixas por Pagamento	(56.016)	(12.219)	(13.848)	-	(754)
Saldo no fim do exercício	4.784	20.109	2.946	-	109
Depósitos em Garantia	-	-	-	-	-
- Outros Créditos	2.798	7.428	356	-	10.581
Total dos Depósitos em Garantia ⁽¹⁾	2.798	7.428	356	-	10.581

⁽¹⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias registrados na rubrica de "Outros ativos", limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

	01/01 a 31/12/2020				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fundos de Pensão	Outras ⁽¹⁾
Saldo no início do exercício	66.833	29.827	13.490	7.138	111
Adições debitadas ao resultado:	14.740	10.059	5.514	(290)	301
Constituição Líquida de Reversão	14.740	10.059	5.514	(8)	301
Reversão com Juros	-	-	-	(558)	-
Despesas com Pessoal	-	-	-	276	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	(5.908)	-
Baixas por Pagamento	(2.897)	(11.516)	(5.113)	(2.022)	(303)
Outros	-	-	-	1.082	-
Saldo no fim do exercício	78.676	28.370	13.891	-	109
Depósitos em Garantia	-	-	-	-	-
- Outros Créditos	69.373	12.388	404	-	82.165
Total dos Depósitos em Garantia ⁽¹⁾	69.373	12.388	404	-	82.165

(1) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(2) Refere-se a provisão com cancelamento de taxas de corretagens.

c) Provisões para processos judiciais e administrativos - Ações trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados ou ex-colaboradores pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações trabalhistas são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

d) Provisões para processos judiciais e administrativos - Ações cíveis

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

e) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registradas em passivos fiscais - correntes, integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir: **PIS e COFINS** - R\$4.040 (31/12/2020 - R\$3.988): a Santander Corretora de Seguros ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. **Diferença de Alíquota da CSLL** - R\$0 (31/12/2020 - R\$66.651): A Santander Corretora de Seguros impetrou um mandado de segurança visando afastar o aumento de alíquota da CSLL imposta pela Lei 9.316/1996. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 8% para CSLL; no entanto, a referida Lei as equiparava como corretora de seguro e estipulava uma alíquota de 18,0% de CSLL, a partir de 1997. O referido mandamus se encerrou com a aplicação da alíquota a 18% para a Companhia, sendo pagos os valores objeto da lide. **f) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível**

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e civil classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como riscos de perda possível, não sendo provisionados. As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R\$95 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - a Companhia discute administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial. Em 31 de dezembro de 2021, o valor relacionado a essa discussão era de aproximadamente R\$114 milhões.

Desmutualização das Bolsas - IRPJ e CSLL - visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente a Companhia. Os processos judiciais aguardam julgamento. Em 31 de dezembro de 2021, o valor relacionado a essa discussão era de aproximadamente R\$27 milhões.

Desmutualização das Bolsas - PIS e COFINS - cobrança de PIS e COFINS sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e COFINS conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei 9.718/1998. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de R\$17 milhões. Os passivos relacionados a trabalhista com risco de perda possível totalizaram em R\$5 milhões.

14. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	1.724.519	931.320
Lucro antes da tributação	1.724.519	931.320
Alíquota: 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social	(586.337)	(316.649)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) ⁽¹⁾	(129.191)	(74.392)
Ajustes:	31.223	20.868
Passivos Indedutíveis Líquidos de Receitas não Tributáveis	3.003	1.174
Outros ajustes	5.661	12.294
Imposto de renda e contribuição social	(675.641)	(356.705)
Impostos correntes	(601.878)	(310.072)
Impostos diferidos	(73.763)	(46.633)
Impostos pagos no exercício	437.197	198.683

⁽¹⁾ PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o CPC 32, são contabilizados como impostos sobre a renda.

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro antes da tributação	1.724.519	931.320
Impostos sobre renda	675.641	356.705
Alíquota efetiva	39,18%	38,30%

c) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens "Ativos Fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos fiscais diferidos		
- Demais diferenças temporárias	21.105	18.285
Total de ativos fiscais diferidos	21.105	18.285
Passivos fiscais diferidos		
- Outros	158.194	79.625
Total de passivos fiscais diferidos	158.194	79.625

As movimentações dos saldos dos itens "Ativos Fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos dois anos foram:

Ano	Saldos em 31/12/2020		Ajuste no resultado		Outros movimentos		Saldos em 31/12/2021	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
2022	18.285	79.625	2.820	76.583	-	1.986	21.105	78.583
2023	9.651	4.972	2.820	1.512	-	8.513	18.285	6.484
2024	9.651	4.972	2.820	1.512	-	8.513	18.285	6.484
2025	9.651	4.972	2.820	1.512	-	8.513	18.285	6.484
2026	9.651	4.972	2.820	1.512	-	8.513	18.285	6.484
2027 a 2031	994	994	5.117	5.117	-	-	158.194	158.194
Total	21.105	21.105	158.194	158.194	(3.235)	(3.235)	18.285	79.625

d) Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ano	Ativos fiscais diferidos		Passivos fiscais diferidos	
	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Total
2022	2.018	2.018	36.141	36.141
2023	2.018	2.018	36.141	36.141
2024	9.651	9.651	36.141	36.141
2025	4.972	4.972	36.141	36.141
2026	1.512	1.512	8.513	8.513
2027 a 2031	994	994	5.117	5.117
Total	21.105	21.105	158.194	158.194

e) Impostos correntes

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos fiscais correntes		
- Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	75.384	153.620
Total de ativos fiscais correntes	75.384	153.620
Passivos fiscais correntes		
- Impostos e Contribuições a Pagar	34.784	28.526
- Impostos para Impostos	4.040	3.968
Total de passivos fiscais correntes	38.824	32.494

15. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a Pagar	7.464	6.117
Comissão de Seguros	52.586	78.517
Despesas provisionadas e receitas diferidas	971	551
Provisão para pagamento baseado em ações (Nota 2.p)	1.492	(297)
Outras Obrigações	491	2.099
Total	63.004	86.987

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, integralmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$2.555.533 (31/12/2020 - R\$2.555.533) composto por - 7.184 (31/12/2020 - 7.184) mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Reservas

Reserva estatutária

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, são destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Corretora de Seguros e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

Reserva legal

Do lucro líquido do exercício é destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Lucro por Ação

O lucro por ação básico da Santander Corretora de Seguros para o exercício é calculado pela divisão do lucro atribuído aos acionistas pela quantidade média de ações. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Santander Corretora de Seguros não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação e, consequentemente, o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do IAS33 - Lucro por Ação (CPC 41).

d) Política de Distribuição de Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

17. Receitas com juros e similares

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos	149.163	66.661
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	72	53
Plano de Previdência	2.401	2.197
Outros juros	16.535	22.549
Total	168.171	91.460

18. Despesas com juros e similares

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Planos de previdência	-	1.638
Outros juros	72	545
Total	72	2.183

19. Receitas de tarifas e comissões

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Seguros ⁽¹⁾	1.585.814	868.390
Outras tarifas e comissões	112.285	165.878
Total	1.698.099	1.034.268

⁽¹⁾ Variação em decorrência da mudança do modelo de remuneração pela distribuição de seguros que alterou o percentual de comissão de corretagem.

20. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Despesas com ISON	39.343	25.623
Despesas de Serviços com Operações de Seguros	116.422	137.340
Outras tarifas e comissões	1.872	4.664
Total	157.637	167.627

21. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros. A composição do saldo dessa rubrica, classificadas como ativos/passivos financeiros para negociação, está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	(63)	34
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	75.176	



Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

CNPJ nº 04.270.778/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

27. Gestão do risco

A gestão de riscos da Santander Corretora de Seguros é realizada em conjunto com o processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Santander Participações está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito tem como objetivo manter uma rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.

- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade do negócio.

- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

a) Análise de sensibilidade

A Santander Corretora de Seguros efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas

corporativos da Santander Corretora de Seguros, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2021.

Carteira "banking"

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(1.657)	(44.598)	(89.196)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.066)	(12.734)	(25.469)
Energia	Exposições sujeitas à variação do preço de energia.	(985)	(24.637)	(49.274)
Total (1)		(3.708)	(81.969)	(163.939)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Angel Santodomingo Martell

Diretor Vice-Presidente
Reginaldo Antonio Ribeiro

Diretores Executivos

Luiz Masagão Ribeiro Filho
Ramón Sanchez Díez

Marcelo Vitorino Cavalcante
Tiago Celso Abate

Diretora Técnica

Cristiane Berça Pizzinatto

CONTADOR

Diego Santos Almeida CRC nº 1SP316054/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 31/03/2022 19:04

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/31/SANTANDER1561386231032022.pdf>

Hash: 16486778427e0b118c9e094dbf8d3a13539f01d2b8